

## EDUCAÇÃO AMBIENTAL E JUVENTUDE: A AGENDA 21 COMO INSTRUMENTO PARA A INTERVENÇÃO SOCIOAMBIENTAL

José Waldson Costa de Andrade<sup>1</sup>  
Thiago Roberto Soares Vieira<sup>2</sup>

1

### RESUMO

Atualmente o homem vive em um ambiente altamente modificado por suas atividades. Essas modificações trazem conseqüências torpes tanto ao ambiente como ao próprio homem, já que ele é diretamente atingido por manifestações de desequilíbrios ecológicos oriundos das atividades antrópicas. Esse cenário nos leva a repensar muitas de nossas práticas econômicas, como também a nossa relação com a natureza: será que esse modelo econômico, que ao mesmo tempo proporciona conforto para alguns e miséria para muitos, que explora o ambiente, mantendo o homem numa situação de “pseudo-dominância” é o mais adequado para nós e as futuras gerações? São questionamentos como esse que tornam a questão ambiental uma causa com grande potencial de identificação e uma nova oportunidade para o engajamento social dos jovens. Neste contexto, a Agenda 21 Comunitária, que é um processo de planejamento participativo socioambiental, torna-se uma importante ferramenta para um caminho de progresso social e econômico com a inclusão dos jovens no debate das questões ambientais, para fazer com que os mesmos se identifiquem com o processo de organização coletiva, trazendo novas propostas de desenvolvimento para a sua comunidade através de um processo participativo e democrático. O jovem deve ser visto como protagonista das ações coletivas em busca de uma renovação de lideranças locais através de novas formas de organização e atuação local, pautadas nos princípios da educação ambiental crítica e transformadora. Neste processo, alguns resultados relevantes foram alcançados como a capacitação de 68 jovens moradores das comunidades atendidas, a elaboração de planos de ação local, a criação de movimentos de organização juvenil e o atendimento de algumas reivindicações das comunidades pelo poder público municipal e estadual.

---

<sup>1</sup> Licenciado em Geografia pela Universidade Tiradentes, Pós Graduando Lato-Sensu-Especialização em Gestão de Cidades e Planejamento Urbano pela mesma, Coordenador da Sala Verde do Projeto Velho Chico - Sociedade Semear e membro do Coletivo Jovem de Meio Ambiente de Sergipe.

<sup>2</sup> Acadêmico de Engenharia Florestal pela Universidade Federal de Sergipe, Voluntário da Sala Verde do Projeto Velho Chico - Sociedade Semear e membro do Coletivo Jovem de Meio Ambiente de Sergipe

## INTRODUÇÃO

Durante as últimas décadas vários cientistas alertaram para o aumento da atividade humana no meio ambiente. Para eles, se medidas de proteção não fossem tomadas, a capacidade de assimilação do planeta poderia ser colocada em risco. Esta visão passa a ditar os debates de políticas internacionais sobre meio ambiente e desenvolvimento, tendo sido explicitado desde o início pelo documento intitulado “Os limites do crescimento”, elaborado pelo Clube de Roma no início da década de 1970 (Saito, 1997). Sob um ponto de vista mais otimista, é razoável aceitar que um certo nível de degradação seja consequência inevitável da atividade humana. Tanto pela alta densidade de ocupação quanto pela sofisticação de seus hábitos, as populações modernas, no decorrer de seus processos produtivos, degradam o meio e produzem dejetos em tal quantidade que torna impossível para os sistemas naturais recompor-se na velocidade necessária (Eigenheer, 1993).

Com o agravamento deste cenário nas últimas décadas, tem-se percebido um descaso da classe política no tocante às questões ambientais, o que culmina, direta ou indiretamente, numa falta de sensibilização da população com os problemas sócio-ambientais em suas diferentes escalas: global, regional e local. Neste sentido, a preocupação com o meio ambiente vem aumentando em função de uma nova visão das relações sociedade/natureza, na qual a educação ambiental se faz necessária e deve ser abordada com olhar holístico, tendo como alvo a mudança de posturas e comportamentos no modo de viver (Úngaro, 2003). A educação ambiental deve ser um processo contínuo e permanente, adotando uma perspectiva multidisciplinar e interdisciplinar, que examine as principais questões relativas ao ambiente, utilizando diversos meios educativos e uma ampla gama de métodos para transmitir e receber conhecimentos sobre o ambiente (Guimarães, 1995).

Na esfera ambiental, o processo educativo precisa estar associado a uma ação dialógica, pois o conhecimento se dá pelo diálogo pronunciador da leitura do mundo de forma coletiva e não isoladamente. O diálogo fenomeniza e historiciza a essencial intersubjetividade humana; ele é relacional e, nele, ninguém tem iniciativa absoluta. Os dialogantes admiram um mesmo mundo; afastam-se dele e com ele coincidem; nele põem-se e opõem-se (Freire, 1988). Uma educação ambiental bancária, dogmática e impositiva, impossibilita o surgimento de uma interação sadia e benéfica entre os

educandos e entre estes e os educadores, comprometendo, a conscientização a partir de uma leitura verídica da realidade e, dessa forma, afetando também a intervenção sustentável destes educandos na sociedade, no meio em que vivem. Já uma educação ambiental dialógica, fundada na construção coletiva de uma nova leitura do mundo, estimula a busca do conhecimento, que passa a ser construído coletivamente a partir do compartilhamento das experiências dos educandos. Um outro pólo é construído pela vivência do processo de ação coletiva e colaborativa no conhecimento e transformação da sociedade, pois é a ação concreta que torna os participantes sujeitos-ativos da própria história (Carr e Kemis, 1986; De Bastos, 1995; Saito ET AL. 2000; Saito, 2001).

3

A questão ambiental surge, a despeito desse delicado contexto, como uma causa com grande potencial de identificação e nova oportunidade para o engajamento social e político dos jovens no Brasil, como mostrou Novaes (2002). Uma consciência ambiental, ainda que difusa, parece estar se disseminando entre segmentos jovens, ao menos enquanto potencial motivação para ação coletiva, (Crespo, 2002; Amstalden & Ribemboim, 1998). Devemos evitar a reprodução do velho discurso de que “a Educação é a Solução” típica do início do século XX, promovido pelos educadores por meio do “otimismo pedagógico” e do “entusiasmo da educação”. A educação ambiental é um elemento inserido em um contexto maior, que produz e reproduz as relações da sociedade as quais, para serem transformadas, dependem de uma educação crítica e de uma série de outras modificações nos planos político, social, econômico e cultural. A educação, ambiental ou não, é um dos mais nobres veículos de mudança da história, a conquista de um direito analienável do ser humano, mas não age isoladamente (Loureiro 2005). A valorização da natureza e a preocupação com o futuro do planeta têm se mostrado particularmente atrativa para formação de grupos jovens para ação ambiental, como se pode ver pela forte presença jovem entre voluntários e ativistas de grandes ONG ambientalistas como Greenpeace, Amigos da Terra, World Wildlife Foundation (WWF), entre outras. Diante disto, a questão que se impõe discutir interroga os sentidos do engajamento ecológico enquanto um caminho de politização dos jovens em tempos de crise política e de busca de novas formas de organizar o laço coletivo entre as relações sociedade/ natureza.

Os jovens têm percebido que é preciso mais, é preciso pensar e agir local e globalmente, é preciso trabalhar internamente, rever as relações estabelecidas com os outros seres humanos e com os demais seres vivos do planeta, atuar em espaços

políticos para transformar os rumos do que se chama de “desenvolvimento” e da sociedade como um todo. É preciso, enfim, não repetir a mesma trajetória, os mesmos passos, o mesmo caminho que a geração atual percorreu, pois essa rota já está desgastada. É preciso redescobrir um novo caminho, para um novo destino. É preciso então, permitir que o espaço de criação de novas possibilidades e novas experiências seja exercitado até as suas últimas conseqüências, até porque, o caminho se faz ao caminhar, e não temos certeza qual será o novo destino, apenas sabemos que não queremos mais aquele antigo (Deboni, 2006).

Neste contexto, a Agenda 21, que é um processo de planejamento participativo que analisa a situação atual de uma região planejando o futuro de forma participativa e sustentável, torna-se uma importante ferramenta para um caminho de progresso socioambiental e econômico trazendo uma nova proposta de desenvolvimento para a humanidade através de um processo participativo e democrático pelo qual a sociedade, o poder público e o setor econômico planejam ações, estabelecem metas e assumem compromissos, visando promover o desenvolvimento sustentável, melhorar a qualidade de vida e a autonomia dos grupos e cidadãos. A Agenda 21 Comunitária é um processo participativo multisetorial de construção de um programa de ação estratégica dirigido às questões prioritárias para o desenvolvimento sustentável local. Ela deve ser o instrumento através da qual as comunidades (ênfatizando neste processo a participação juvenil) possam apontar suas necessidades, buscar soluções e demonstrar as suas expectativas para o futuro da sua escola e da sua comunidade.

O objetivo deste trabalho foi analisar novas formas de organização social tendo o jovem como protagonista, utilizando como ferramenta o processo de construção das Agendas 21 Comunitárias executadas no Baixo São Francisco Sergipano, pela ONG/OSCIP Sociedade de Estudos Múltiplos Ecológicos e Artes (Sociedade Semear) e financiada pela Petrobrás através do Projeto “De Olho no Ambiente”.

## METODOLOGIA

Os trabalhos ocorreram em etapas seqüenciais:

ETAPA 1: Processo de Sensibilização Comunitária.

O processo de sensibilização é uma etapa bastante delicada e de fundamental importância para a consolidação da Agenda 21 Comunitária, pois é o primeiro contato do Assistente Técnico com a comunidade e com os jovens. No processo vivenciado em Sergipe, executou-se uma primeira visita onde o Assistente Técnico Local busca informações sobre a rotina da comunidade e faz um levantamento sobre as suas atividades cotidianas no ambiente local, como se exercem as práticas políticas dos órgãos públicos municipais, movimentos sociais, representações religiosas e movimentos de juventude, assim como a identificação de ações ou projetos socioambientais existentes. Feito este levantamento de campo, o Assistente Técnico busca em bancos de dados federais, municipais, estaduais e de organizações de atuação local temas como saúde, educação, moradia, abastecimento de água, saneamento básico e outros. O objetivo foi verificar e interpretar as relações existentes entre os dados de campo e os dados estatísticos, para que se possa traçar um pequeno panorama da comunidade. Em um segundo momento, as lideranças comunitárias formais e naturais (inclusive jovens) são convidadas para uma reunião ampliada onde participaram representações do poder público atuante no município, a comunidade e as lideranças locais. A mobilização para a realização desta reunião contou com ajuda das lideranças juvenis locais, que contribuíram na mobilização das demais lideranças identificadas. Neste processo, iniciou-se uma ação de sensibilização para o empoderamento do projeto como meio de transformação social local. Durante a apresentação, alguns temas foram discutidos e apresentados como:

- \* Os princípios do Desenvolvimento Sustentável, contidos na Agenda 21 Brasileira e sua aplicação à escala local;
- \* O projeto “De Olho no Ambiente”;
- \* As funções e responsabilidades de cada um dos parceiros operacionais e técnicos dentro do Projeto, ou seja, os compromissos assumidos por cada instituição e cada ator social;
- \* A participação e a colaboração da Associação de Moradores e/ou outras lideranças locais;
- \* A importância de participação da juventude voluntária para a boa execução do projeto e a sua atuação na comunidade.

Ainda neste primeiro encontro (Reunião Ampliada), abriu-se espaço para que a comunidade pudesse intervir em alguns pontos do projeto, a fim de buscar uma sincronia de organização e participação comunitária durante toda construção da Agenda 21 Comunitária. As lideranças comunitárias também tiveram oportunidade de envolver novos agentes sociais neste processo para complementar e aprimorar as informações obtidas nesta primeira etapa. Isto se justifica pela necessidade contínua de inserção de novas lideranças e representações sociais durante o andamento de todo a execução do projeto.

Ainda nesta etapa, procurou-se suscitar na comunidade uma percepção de que a Agenda 21 Comunitária é uma experiência de desenvolvimento social que tem seus alicerces na parceria entre governo, iniciativa privada e sociedade civil. Outra prioridade foi a busca de uma participação mais efetiva da comunidade através da inserção das lideranças comunitárias (inclusive as juvenis), no intuito de ser uma interface com a comunidade e a realização de ações práticas de integração com as redes existentes, como colégios, associações de moradores, ONG's, comunidades, etc, mostrando que no processo de desenvolvimento da Agenda 21 Comunitária, a comunidade aprenderá sobre suas necessidades, carências, potencialidades e recursos.

#### ETAPA 2: Pesquisa de campo

Nesta etapa, procurou-se buscar informações socioambientais que possam conduzir a um diagnóstico e, desta maneira, subsidiar a Agenda 21 Comunitária com dados fornecidos pelos próprios moradores da comunidade.

Antecedendo esta fase, iniciou-se um processo de inserção voluntária dos jovens da comunidade. Esta entrada se deu através de convite a todas as associações, movimentos de juventude e escolas existentes na comunidade para que o jovem que tivesse o perfil de atuação ambiental na comunidade pudesse fazer parte da elaboração da Agenda 21 Comunitária, como Agente Comunitário do Projeto “De Olho no Ambiente”. As comunidades tinham um número limitado de 17 Agentes Comunitários por localidade. Caso houvesse um número maior de procura, o Agente Técnico Local e a Coordenação Técnica Estadual reavaliava como este contingente poderia ser aumentado. Esta prática foi por vezes tomada para o bom andamento dos trabalhos com o objetivo de atender a uma participação maior dos jovens durante o processo de elaboração deste documento.



Capacitação dos Agentes Comunitários da Agenda 21 Comunitária dos Municípios de Santana do São Francisco, Propriá e Nossa Senhora de Lourdes. Fonte: Projeto De Olho no Ambiente- Petrobras/Sociedade Semear.

Após feito o convite aos jovens, realizou-se uma Capacitação dos Agentes Comunitários de 16 horas, com o intuito de resgatar a memória local e as deficiências e potencialidades ambientais existentes em cada comunidade, além de discutir temas como: Cidadania e Meio Ambiente, Participação e Organização Comunitária, Agenda 21 e Juventude, Desenvolvimento Sustentável e Protagonismo Juvenil. Este momento serviu também para orientar os jovens sobre como aplicar o questionário socioambiental na comunidade e quais poderiam ser os métodos para uma melhor interpretação da realidade local no momento da aplicação.

Neste treinamento, o jovem foi orientado para ter uma postura imparcial durante a aplicação, pois a sua presença não poderia ser tendenciosa, já que o objetivo do questionário foi traçar um diagnóstico da comunidade. Cada jovem ficou responsável pela aplicação de 20 questionários, pela tabulação e elaboração de um diagnóstico intuitivo sobre o momento de aplicação dos mesmos.

Os conceitos propostos pela Educação Ambiental e Cidadania trouxeram um caráter emancipatório sobre ações juvenis, já que se buscou envolver outros setores da comunidade para a discussão dos novos desafios e problemas identificados. Isto possibilitou às intervenções juvenis desenvolver formas de como realizar as atividades



de organização social e de como se deve interpretar um ato político nas discussões dos problemas identificados.



Atividade de Capacitação dos Agentes Comunitários da Agenda 21 Comunitária de Própria, Nossa Senhora de Lourdes e Santana do São Francisco. Fonte: Projeto de Olho no Ambiente - Petrobras/Sociedade Semear

Paralelo a esta atividade, realizou-se uma dinâmica com o objetivo do jovem resgatar a história da comunidade através de uma entrevista com os moradores mais antigos e que conhecem e vivenciaram as mudanças ocorridas ao longo do tempo. Esta atividade baseou-se em identificar as pessoas que residem a mais tempo na comunidade e quais foram as suas atividades desenvolvidas. Logo após, estruturou-se um roteiro de perguntas que foram feitas aos entrevistados para que fosse relatado quais as mudanças ambientais ocorridas durante os anos para a realização de um levantamento histórico, tanto no contexto ambiental como no cultural. A atividade teve como proposta a realização de um resgate histórico das manifestações culturais da comunidade e, conseqüentemente, a identificação de um novo contexto sociocultural para a sua população, aliando isto a uma atividade de interação entre o ambiente construído durante o tempo e as atividades e manifestações extintas pelo passar dos anos.

ETAPA 3: Diagnóstico Sócio-Ambiental



Com todos os dados e levantamentos realizados na aplicação dos questionários e nos levantamentos secundários realizados pelos jovens, se fez necessário convidar toda a comunidade e as lideranças políticas para a validação da pesquisa feita na localidade.

A reunião de validação do Diagnóstico Socioambiental contou com a participação dos jovens no processo de mobilização e sensibilização da comunidade. Foi entregue em cada residência um convite com o horário e local da reunião. Durante a mobilização, o jovem era responsável por sensibilizar o morador de que este momento era de grande importância para a comunidade, pois se buscou realizar um diagnóstico completo das relações existentes. Durante o momento da reunião, os jovens foram mediadores da atividade, fato este de grande relevância para a valorização dos mesmos que aplicaram o questionário e participaram da dinâmica de resgate da cultura local, já que eles estiveram à frente do processo de discussão da realidade ali posta. Este momento contribuiu para que o jovem soubesse como se portar em reuniões com a comunidade e como se deve encaminhar deliberações coletivas.

Após este momento, foram definidos, junto aos presentes, eixos prioritários para a elaboração das discussões dos pontos escolhidos e que contribuíram para a elaboração da Agenda 21 Comunitária. Após esta deliberação, a comunidade escolheu os parceiros que poderiam colaborar nas discussões das Reuniões Temáticas que ocorreram na etapa 4.

#### ETAPA 4: Reuniões Temáticas

Feita a escolha de quatro eixos prioritários, a comunidade foi convocada pelos jovens para a realização de reuniões temáticas com o intuito de definir grupos de trabalho para a elaboração da Agenda 21 Comunitária. Esta convocação se deu através de meios de comunicação, cartazes, convites formais para representantes de setores específicos como escolas, igrejas, creches, centros comunitários, grupos esportivos, grupos culturais e os possíveis colaboradores identificados pela comunidade.

Foram escolhidos um coordenador e um relator que, junto com o grupo, aprofundaram o conhecimento das questões apontadas nas Reuniões Temáticas. Estes grupos tiveram como eixos de atuação a integração urbana, o meio ambiente, a habitação, a educação, a cultura e o desenvolvimento econômico e social na busca da melhoria da qualidade de vida, promovendo essa integração num espírito de “pertencimento”. Os jovens realizaram o papel de coordenador temático e de relator,

onde participaram das discussões e contribuíram com suas opiniões sobre a realização das possíveis demandas.

Os grupos temáticos atuaram em conjunto dentro de uma visão de desenvolvimento social baseada nos princípios e valores onde existem co-responsabilidade e cidadania, tais como: A comunidade deve ser protagonista do seu próprio desenvolvimento; A comunidade possui valores individuais e coletivos; A colaboração e participação se dão entre os diferentes grupos existentes, a partir de uma rede de relações que busca valorizar toda a forma de contribuição através de habilidades, experiências, dos recursos e das potencialidades existentes na comunidade.

O foco das discussões foi concentrado em: Capacidades: habilidades e potencialidades; Comunidade: prevalecer o saber da comunidade; Poder: poder compartilhado com a comunidade; Decisão: processo decisório compartilhado; Recursos: recursos principais que estão na comunidade; Espírito coletivo: co-responsabilidade e cidadania com democracia.

Os grupos temáticos fizeram um mapeamento das potencialidades da comunidade e de seus recursos através do inventário de talentos, habilidades e capacidades dos moradores e do inventário de instituições presentes na comunidade que são veículos para os cidadãos se reunirem e resolverem os seus problemas. Foi com base nesse mapeamento que foi possível indicar e estabelecer as parcerias mais duradouras.

Parceria está ligada à idéia de ações mais pontuais, um projeto ou iniciativa conjunta. A chave da parceria é permitir que a criatividade esteja presente e que possa criar novos processos, estruturas e culturas diferentes para lidar com o projeto. A concepção de parceria significa uma associação em que a soma das partes representa mais que o somatório individual dos seus membros.

Através das parcerias é possível gerar uma nova prática de desenvolvimento social, que possibilita a abertura de canais de comunicação eficazes entre a administração pública e a comunidade. Os objetivos maiores traduzem-se em: Envolver a comunidade no seu próprio processo de transformação; Estimular a geração de emprego e renda; Promover o desenvolvimento e capacitação das lideranças locais juvenis tendo como objetivo maior o desenvolvimento sustentável.

### ETAPA 5: Fórum da Agenda 21 Comunitária

Foi um espaço onde a comunidade, já devidamente preparada, pôde discutir sobre desenvolvimento sustentável com o mundo externo. Os trabalhos do fórum focaram-se nos resultados contidos nos documentos das Reuniões Temáticas que a comunidade elaborou através dos Grupos Temáticos. Esta discussão seguiu a abordagem de uma visão compartilhada do futuro da comunidade, amplitude e abordagem temática, identificação das questões-chave, questões crônicas que comprometem a eficiência dos serviços públicos. Este momento contou com a presença de representações públicas como vereadores e prefeito, assim como representações públicas estaduais e federais como SEBRAE, DESO e EMDAGRO.



Agentes Comunitários da Agenda 21 Comunitária do Município de Própria. Fonte: Projeto De Olho no Ambiente - Petrobras/ Sociedade Semear

Para a juventude, este espaço serviu para que eles observassem as relações de poder existentes entre a sociedade e as instituições públicas, como também a necessidade de haver momentos de diálogo e de deliberações com a presença dos diversos atores sociais locais para que as ações não se tornem centralizadas em um agrupamento político local e que as deliberações coletivas tenham o objeto de melhoria de todos. O Fórum procurou consolidar uma Comissão Oficial da Agenda 21

Comunitária para que seja formado um grupo composto por sociedade, governo e empresas privadas com o objetivo de construir, juntas, uma agenda de ações e atividades propostas e criadas pela comunidade, respeitando assim as suas necessidades e prioridades.



Grupo Temático Cultura e Lazer no Fórum da Agenda 21 Comunitária no Bairro Matadouro. Própria-SE. Fonte: Projeto De Olho no Ambiente - Petrobras/ Sociedade Semear.

A Comissão da Agenda 21 Comunitária criou metas a serem alcançadas em um determinado espaço de tempo, preocupando-se, também, com que a comunidade seja informada das suas deliberações. Nesse contexto, foi muito relevante a continuidade das reuniões que procuraram inserir nos jovens uma maior motivação para discussões e reflexões a respeito da sua comunidade.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A execução da Agenda 21 Comunitária é um processo dinâmico e complexo tendo em vista as particularidades de cada comunidade no intuito de fortalecer a continuidade e sustentabilidade das ações, assim como a periodicidade das reuniões da Comissão da Agenda 21 Comunitária. Vale ressaltar que o processo metodológico de

execução desta atividade deve respeitar as necessidades e as formas de organização comunitária e juvenil para que estas possibilitem uma nova forma de pensar e agir coletivamente em escala comunitária.

No decorrer deste processo, o conhecimento produzido a partir de uma interação entre os próprios jovens tornou-se mais compreendido. Esse processo de conscientização permite que o conhecimento gerado pelos jovens deixe de ser tácito e passe a ser explícito, tornando-se uma ponte para a compreensão dos problemas da comunidade. Esse aprendizado coletivo permite que uma potencial intervenção juvenil torne-se, de fato, em ações efetivas para uma melhoria do ambiente local como resultado do aprendizado interativo e dinâmico.

A presença das representações juvenis foi extremamente importante para que a Agenda 21 Comunitária possuísse um caráter questionador da realidade local e provocador de novas ações e intervenções nos âmbitos escolares, associativistas e cooperativistas. Alguns pontos como qualidade de educação, melhoria de segurança pública, poluição dos recursos naturais e atividades culturais tiveram um estudo prévio a seus momentos de debate para que esses espaços coletivos criassem ações para melhoria socioambiental local.

Busca-se entender que a Agenda 21 Comunitária deve estar sempre em busca da identificação de novos movimentos sociais presentes na comunidade para que sejam feitas parcerias e novas propostas de ações locais. Mesmo buscando a sustentabilidade das suas ações, existe a necessidade, em algumas comunidades, de um aprofundamento da dinâmica de reuniões e encontros da Comissão da Agenda 21 Comunitária para que a comunidade participe e use-a como uma ferramenta de proposição social.

A etapa de conclusão desta Agenda ainda não foi concretizada devido à necessidade de finalização das Agendas 21 Comunitárias de outros estados do Brasil, que estão contempladas no Projeto “De Olho no Ambiente”. Até o momento, as comunidades do Baixo São Francisco Sergipano possuem apenas o Plano de Ação Comunitário e a Comissão da Agenda 21 constituída.

No entanto, um notável resultado alcançado neste processo ocorrido no Baixo São Francisco, foi uma relevante participação dos jovens que culminou em uma maior compreensão da sua comunidade, já que muitos deles conheciam apenas as

proximidades da sua residência. A partir da atividade de saída ao campo, o jovem teve uma vivência de como se realiza a interação comunidade-meio ambiente. Este momento contribuiu para uma intervenção mais qualificada e coerente do jovem na sua localidade. Outro ponto analisado foi que o conhecimento da realidade local possibilitou estimular na juventude formas de atuação como um agente protagonista do processo de construção social, já que várias deficiências e potencialidades foram identificadas por eles.

Esta dinâmica possibilitou aos jovens, que participaram deste momento, uma nova leitura da realidade cultural e ambiental do seu lugar de moradia, buscando valorizar ainda mais os traços regionais e culturais existentes, como também traçar ações que promovam a recomposição dos ambientes naturais degradados.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMSTALDEN, L. F. & RIBEMBOIM, J. Meio ambiente e jovens. In: CNPD, Jovens acontecendo na trilha das políticas. Brasília, v.1., 1998, p 149 – 164.

BRASIL, Ministério de Minas e Energia. Construindo a Agenda 21 Comunitária de Comunidades. Projeto De olho no Ambiente. Petrobrás, 2006.

CARR, W.; KEMMIS, S. Becoming critical: education, knowledge and action research. Brighton, UK: The Falmer Press, 1986.

CRESPO, S. O que o brasileiro pensa do meio ambiente. Pesquisa nacional de opinião (1992 – 1997 – 2001) Mast/CNPq/ISER, Rio de Janeiro, 2001.

DEBONI. F. Juventude, cidadania e meio ambiente: subsídios para elaboração de políticas públicas. MMA e MEC, Brasília, 2006.

DE BASTOS, F. P. Investigação-ação emancipatória e prática educacional dialógica em ciências naturais. São Paulo, 1995. Tese (Doutorado) – FEUSP/IFUSP.

EIGENHEER, E.M. Lixo e desperdício. In: EIGENHEER, E.M. (Org.). Raízes do desperdício. Rio de Janeiro: ISER, p. 23-30, 1993.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra , 1998.

GUIMARÃES, M. O que é Educação Ambiental? In: A dimensão Ambiental na educação. Campinas: Papirus, p. 17-25, 1995.

NOVAES, R. Os jovens e o meio ambiente. In: FELDMANN, F, CRESPO, S. & DRUMMOND. J. A. (Org) Rio + 10 Brasil: Uma década de transformações. Iser; Ministério do Meio Ambiente; Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. Rio de Janeiro. 2002. p. 56 – 62.

SAITO, C.H. Sustentabilidade como novo paradigma do consenso: crise e resgate da utopia. Geosul, Florianópolis, UFSC, v. 12, n. 23, p. 18-45, 1997.

SAITO, C. H.; DIAS, V.; VASCONCELOS, I.; SILVA, M. I.; ALMEIDA, A.de; VEIGA, C. J. da; RENGIFO, P. R. Educação ambiental, investigação – ação e

empowerment: estudo de caso. Linhas Críticas, Brasília, UNB, v. 6, n. 10, p. 31 – 44, 2000.

ÚNGARO, P. Educação ambiental e educação infantil: a criança e a percepção do espaço. Presidente Prudente, 2003. 55 p. Monografia (Lato Sensu em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP.